

## Índice

Hayek, um liberal clássico .....	1
A liberdade é frágil.....	4

## Hayek, um liberal clássico

Economista, pensador político, filósofo, Friedrich A. von Hayek (1899-1992) é um dos principais representantes do pensamento liberal. Nas suas obras procurou defender a liberdade contra as tentações ideológicas e totalitárias e foi crítico do intervencionismo estatal. Mas, sobretudo, soube adaptar os postulados do liberalismo clássico ao mundo contemporâneo. Os seus contributos podem ser sugestivos no debate político atual.

O caso de Hayek é o de um “trunfo” tardio. Quando recebeu o Prémio Nobel da Economia pela sua contribuição para a teoria dos ciclos económicos tinha já 75 anos, e embora o prémio tenha sido partilhado com o economista sueco Gunnar Myrdal, constituiu o reconhecimento para o pensador vienense, que desde essa altura seria lido, traduzido, recebido e premiado por políticos e académicos de diferentes partes do mundo.

Mas nem sempre tinha sido assim. Com exceção dos anos em que gozou de uma certa notoriedade devido ao seu confronto com John Maynard Keynes na London School of Economics e em Cambridge, assim como ao sucesso de “O Caminho para a Servidão” (publicado em 1944 e transformado rapidamente num *best seller*), a sua obra e a sua figura não despertavam especial interesse. No consenso keynesiano do pós-guerra, os liberais que denunciavam os perigos do intervencionismo estatal eram considerados “velhos dinossauros”, representantes de um liberalismo bafiento, arcaico e superado.

Poucos podiam imaginar durante o crescimento e a prosperidade económica dos anos 60 do século XX, que estes liberais que se reuniam na Mont Pelerin Society, fundada pelo

próprio Hayek em 1947 para discutir o futuro do liberalismo, seriam no futuro pessoas muito influente no mundo intelectual e político (nos governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, por exemplo). Mas a verdade é que o pensador austríaco não se identificava plenamente com todas as políticas desses governantes, onde observava uma componente conservadora que, apesar do que pudesse parecer, não partilhava. Ele era um *old whig* (liberal), não um *tory* (conservador), como se cansava de repetir.

Foi, portanto, durante a última fase da sua vida, coincidindo com a crise do petróleo de 1973, que Hayek se converteu numa referência indiscutível. É como se nesse momento se tivessem cumprido as suas previsões sobre o futuro do comunismo e a crise do Estado Providência.

### Liberdade individual

No entanto, Hayek estava há muito tempo a defender as mesmas ideias. De facto, o seu pensamento pouco se alterou e manteve-se o mesmo no fundamental. Desde a sua juventude em Viena, onde estudou Direito e conheceu Ludwig von Mises (membro destacado da Escola Austríaca de Economia fundada por Carl Menger), e até ao final da sua vida, defendeu sempre a necessidade da Europa recuperar a estima pela liberdade individual que ele – como outros intelectuais, designadamente José Ortega y Gasset – pensava ser o traço que definia a civilização ocidental.

Estava convencido de que a Europa não teria futuro se se deixasse arrastar pelas vozes das diferentes correntes anti-

-individualistas, especialmente o fascismo, o nacionalismo, o comunismo ou o socialismo; isto é, se se afastava das suas raízes liberais. Por isso, decidiu dedicar a sua obra a recuperar e adaptar ao século XX essa doutrina liberal que considerava consubstancial ao Ocidente e que havia conseguido os maiores níveis de liberdade e prosperidade da história da humanidade.

Compreendia, além disso, que a defesa da liberdade não se podia limitar à esfera económica, pois a liberdade é um todo: não se pode partilhar. Estava plenamente consciente de que para convencer os seus contemporâneos da necessidade da liberdade, tinha de recorrer à política, ao direito, à filosofia ou à ciência, matérias às quais se dedicou depois da publicação de “O Caminho para a Servidão”. Daí que na sua fase norte-americana na Universidade de Chicago tenha escrito um dos seus grandes livros: “Os Fundamentos da Liberdade” (1959), no qual pretendia estabelecer os alicerces de uma sociedade livre.

## **Contra o socialismo**

Para levar a cabo esta tarefa, contava com uma boa formação. Tinha estudado direito na sua Viena natal e tinha-se dedicado desde jovem à economia, o que o tinha levado ao convencimento de que as boas intenções socialistas que partilhou na sua juventude, não só não se poderiam concretizar, como produziram consequências contrárias às que pretendia.

As pretensões dos socialistas chocariam mais cedo ou mais tarde com a realidade e fracassariam. Isso é o que tentou demonstrar juntamente com o seu mestre Mises nos anos em que era construído o comunismo na Rússia. No debate que houve nos anos 20 na sequência da Revolução Russa, Mises e Hayek expuseram as razões pelas quais consideravam que o comunismo não só produziria pobreza material, como acabaria também com a liberdade pessoal.

Basicamente, o seu argumento era ser impossível adquirir, gerir e planificar toda a informação necessária para dirigir racionalmente a economia de todo um país. Não apenas pela quantidade e variedade de informação que é necessária, como porque muitas vezes essa informação não está disponível ou está de alguma maneira fragmentária ou informal que não se pode processar; ou pode ser que surja de repente, espontaneamente, em resposta a circunstâncias complexas, mutantes e novas que não se podem prever nem controlar.

## **A ordem espontânea**

Para Hayek, o planeamento não podia substituir o mercado, que atua como “um sistema de comunicações” através dos preços e que é capaz de conseguir que toda essa informação redunde em benefício da ordem social e de cada um dos seus membros. Trata-se de um argumento não só económico, como epistemológico.

O que acontece é que para entender este argumento tem de se compreender o que é e como funciona o mercado. Daí o empenho de Hayek em explicar que o mercado é um tipo de ordem, que se gera espontaneamente pela ação livre de milhares de pessoas em busca do seu próprio interesse (entendido num sentido amplo) e que o fazem seguindo regras gerais e abstratas iguais para todos.

Este tipo de ordem não diz a ninguém o que deve fazer com a sua vida nem que objetivos deve tentar alcançar, somente que respeite as regras – porque sem regras não existe mercado – e os princípios básicos sobre os quais este se apoia, como a boa fé, a confiança, etc.

## **A importância das ideias**

Os liberais sabem que o mercado não funcionará bem se não se respeitarem certos princípios fundamentais. Nascido em Viena quando esta ainda era a capital do Império Austro-Húngaro, Hayek compreendeu, tendo em conta o fio dos acontecimentos que marcaram a sua vida – a ascensão do nacionalismo, a Primeira Guerra Mundial, a crise do pós-guerra, a ascensão dos movimentos de massas na Viena convulsa da nova república austríaca, a crise de 1929, o nazismo, a Revolução Russa e a Segunda Guerra Mundial – que a defesa dos valores liberais devia ter igualmente uma dimensão política e moral.

Convencido da importância das ideias, decidiu que seria mais eficaz dedicar-se à atividade intelectual que à política. Queria convencer sobretudo aqueles intelectuais que se tinham deixado seduzir pelo socialismo. Pensava que os intelectuais tinham uma grande responsabilidade social e que muitas vezes defendiam e divulgavam ideias sem saber na realidade o que significavam nem que consequências produziriam.

E, em geral, os intelectuais inclinavam-se para o socialismo, porque tinha mais prestígio e oferecia supostamente uma explicação racional, mesmo “científica” da sociedade e da história. Restavam muito poucos intelectuais liberais e estavam isolados e dispersos, pelo menos até que Hayek fundou a Mont Pelerin Society, à qual iriam pertencer economistas, filósofos, juristas, historiadores, etc.

## **O racionalismo construtivista**

## A função do Estado

Precisamente aquilo que a história ensina é que o mercado não foi criado por ninguém deliberadamente, como muito menos o foi a sociedade e as instituições que existem no seu seio. Nada nem ninguém tem a capacidade de fazer algo assim. Os seres humanos têm um conhecimento e capacidades limitadas. A sociedade é fruto da ação humana, da sua evolução livre e espontânea; não é nenhuma construção da razão.

Neste sentido, Hayek rejeita esse tipo de racionalismo que ele designa por “construtivista”, segundo o qual as sociedades podem ser criadas e modificadas de acordo com planos racionais desenhados por determinados indivíduos. O que não significa que Hayek recuse qualquer crítica racional: o que acontece é que se sente mais identificado com o “racionalismo crítico” do seu amigo e compatriota Karl Popper.

Segundo Hayek, tem de se evitar que a ausência de uma “justificação racional” de determinados usos, costumes, tradições ou instituições nos leve a atirar pela borda fora todo o conhecimento acumulado durante gerações. Isso é o que fez o comunismo, com as consequências que conhecemos.

### Nem anarquista nem libertário

A obra de Hayek é multidisciplinar. Inclusivamente, nos seus últimos anos de vida, aprecia-se um interesse crescente pelas descobertas das ciências naturais, sobretudo da biologia. De facto, alguns autores consideram que este último aspeto prejudica a coerência de toda a sua obra: coerência que, na sua opinião, tinha conseguido em grande parte, embora – como costuma acontecer com todos os grandes pensadores – haja na realidade importantes contradições que propiciaram também diferentes interpretações do seu pensamento.

Embora Hayek seja considerado um dos mais notórios representantes do chamado “neoliberalismo”, convém esclarecer que este conceito alude a diferentes escolas e autores, alguns dos quais defendem ideias contrárias às teses hayekianas. De facto, a deriva da Escola Austríaca nos Estados Unidos nos últimos tempos afasta-se consideravelmente dos princípios que os representantes máximos dessa escola defenderam na sua época.

Hayek não era um anarquista nem um libertário. Era como ele próprio insistia em recordar, um liberal clássico ao estilo anglo-saxónico. Todavia, é habitual encontrá-lo classificado como um conservador, um reacionário, um neoliberal radical ou um anarco-capitalista.

O que costuma acontecer é ser citado muitas vezes sem ter sido lido, e muitos ficariam surpreendidos se lessem algumas das coisas que deixou escritas, como que o Estado tem a obrigação de se ocupar daqueles que não podem valer-se a si mesmos no mercado, ou as numerosas funções que um governo deve desempenhar numa democracia liberal.

Mas é verdade que nunca explicou como se deveria organizar essa ajuda, ou como torná-la compatível com a sua crítica à justiça social. Provavelmente essa ajuda aos mais necessitados deva fazer-se, sobretudo (embora não apenas), a partir da sociedade civil e da ação individual. O Estado pode remover os obstáculos que impeçam as ações nesse sentido, mas o que não pode é exigir obrigatoriamente a solidariedade.

É certo que Hayek considerava que o Estado havia assumido muitas mais funções do que as que deveria e que isto provocava não só problemas económicos (como foi possível ver nos anos 70), como, além disso – como advertiram os seus admirados John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville – acostumava os cidadãos à submissão e à passividade. A segurança é colocada acima da liberdade e os indivíduos deixam de ser cidadãos; convertem-se em administrados submetidos a um gigantesco e burocratizado aparelho estatal, que afoga a iniciativa e o progresso social (algo que, curiosamente, defenderam também autores neomarxistas críticos do Estado Providência).

### Justiça social

No entanto, é verdade que a sua acerba crítica à justiça social (fundamento e legitimação do *Welfare State*) tornou-o um pensador incómodo e impopular não só entre a social-democracia, como inclusivamente entre os conservadores que assumiram a legitimidade deste tipo de Estado no consenso de entre as duas guerras mundiais.

Hayek criticou duramente os efeitos desta forma estatal baseada numa conceção espúria – segundo ele – da justiça. Pensava que a justiça social propiciava a distribuição do rendimento entre os grupos de pressão mais organizados que rodeavam o governo na busca de rendimentos e privilégios, violando assim o Estado de Direito e a igualdade de todos perante a lei.

O Estado devia vigiar para que se cumprissem as regras, devia ser árbitro e não parte no jogo do mercado. Querer intervir para corrigir certos resultados contrários ao nosso sentido da justiça, geraria a médio e longo prazo efeitos contraproducentes.

P. N.

## A liberdade é frágil

Para o mundo acadêmico, Hayek faz já parte do cânone dos grandes pensadores do século XX e a sua obra é objeto de análise e estudo nas universidades de todo o mundo. Mas à margem deste reconhecimento, pode ser mais interessante considerar que parte da sua mensagem continua a ser relevante na atualidade.

Talvez a advertência hayekiana de que a liberdade é algo muito frágil, que não devemos dá-la por adquirida e que tem de se estar sempre alerta para a defender, seja uma das mais pertinentes. Amigos da liberdade – escreve – houve sempre poucos. O liberalismo não é fácil. O nosso pensador considerava que as conquistas da civilização não eram algo “natural” mas que, pelo contrário, muitas vezes tinham sido alcançadas superando os nossos instintos atávicos. Assim ocorreu com a liberdade, entendida no sentido que foi defendida na melhor tradição europeia: uma liberdade baseada em profundos princípios jurídicos e morais.

Hayek tinha alergia ao coletivismo de qualquer tipo. O liberal é um individualista convencido. O que significa que a vida de um indivíduo e a sua liberdade não podem ser sacrificadas por causa de qualquer objetivo coletivo, seja de uma classe, uma raça, o Estado ou a nação. Daí a sua cautela em relação aos projetos que, mesmo pretendendo objetivos louváveis, têm de ser concretizados sacrificando as partes ao todo, uma clara advertência contra os nacionalismos e populismos de esquerda e de direita.

Como bom liberal, muito menos era nacionalista. Pensava que a Europa se devia unir, embora não – evidentemente – do modo socialista, mas do liberal. Por isso, preferia a concorrência de moedas a uma moeda única e não desejava nada de parecido com um Estado mundial que reproduzisse no plano global os perigos de um Estado nacional. Mas era um europeísta convencido.

Por outro lado, além de recordar a necessidade de defender o nosso sistema de liberdades, o economista vienense temia a facilidade com que os cidadãos tinham assumido e aceite que o Estado imponha valores morais, uma ética ou uma ideia do que deve ser uma boa vida. Hayek estava muito preocupado com isso.

## O Estado moral

O Estado liberal deve ser neutral: tem de garantir o funcionamento da sociedade entendida como uma ordem espontânea e remover os obstáculos que impedem o desenvolvimento da liberdade, mas não existe para nos dizer como devemos viver. A sociedade liberal permite a convivência de pessoas muito diferentes, precisamente porque deixa que cada um, respeitando as regras do jogo, procure alcançar os seus próprios objetivos.

O problema é que com um tipo de Estado que procura alcançar a realização da justiça social, o social tem sempre uma conotação positiva e o Estado tende a imiscuir-se nas nossas vidas e orientar o nosso comportamento em função de certos valores. E isso é um perigo grave. O Estado social converte-se assim num Estado moral.

Por último, Hayek – que também investigou o funcionamento da mente humana – esteve sempre convencido de que os seres humanos são falíveis e propensos ao erro; não o reconhecer significa cair numa arrogância fatal de consequências imprevisíveis. Por isso, admitir que não sabemos muitas coisas, que não podemos prever exatamente os resultados de todas as nossas ações ou que devemos aprender com base no cometer erros, torna-nos muito mais generosos, abertos e tolerantes. A modéstia intelectual que tão poucos praticam deveria ser um dos traços fundamentais do verdadeiro liberal.

Algumas publicações sobre Hayek referidas em “Aceprensa”:

“Mannheim y Hayek: el Estado en una época de reconstrucción”, Juan Meseguer (“Aceprensa”, 28.2.2017);

“Keynes vs. Hayek. El choque que definió la economía moderna”, Juan Velayos, revisão de Nicholas Wapshott (“Aceprensa”, 26.4.2013).

P. N.